Vinícius Lummertz*

O endividamento dos brasileiros precisa entrar na eleição

Inadimplência recorde revela um modelo que impede a formação de poupança e deveria estar no centro do debate nacional

O Brasil se aproxima de mais um ciclo eleitoral discutindo temas importantes, mas evitando enfrentar um dos problemas mais estruturais de sua economia: o endividamento crescente das famílias e a incapacidade do país de transformar renda em poupança e poupança em investimento.

Mais de 87 milhões de brasileiros estão inadimplentes, segundo a Serasa Experian, em um quadro que se agravou com crescimento próximo de 40% na última década, número que, apesar de sua dimensão, passou a ser tratado com naturalidade no debate público, como se fosse apenas mais um indicador social, quando, na realidade, revela uma falha profunda na forma como o modelo econômico brasileiro organiza renda, crédito e acumulação.

A inadimplência, nesse contexto, não é um desvio, tampouco um problema periférico, mas a expressão visível de um sistema que consome a renda antes que ela possa se transformar em poupança, impedindo que o país forme capital de maneira consistente. Do lado humano, corrói as famílias brasileiras, gerando tristeza e violência.

Sem poupança, não há investimento sustentável, e essa não é uma discussão ideológica, mas uma relação elementar da economia, na qual poupança e investimento são partes inseparáveis do mesmo processo, sendo a primeira a condição necessária da segunda.

As economias que cresceram de forma contínua compreenderam esse vínculo.

Nos Estados Unidos, a elevada produtividade sustenta uma massa salarial robusta, de 60% da economia, que se converte em poupança por meio de fundos de pensão e mercados de capitais, alimentando o investimento produtivo. Na China, por caminhos distintos, a poupança supera 40% do PIB e é direcionada de forma sistemática para infraestrutura, indústria e tecnologia, sustentando décadas de expansão econômica.

No Brasil, a taxa de poupança permanece ao redor de 16% do PIB, e o investimento acompanha esse patamar, em níveis insuficientes para sustentar crescimento consistente, especialmente quando comparados ao patamar de aproximadamente 25% observado nas economias que lograram acelerar seu desenvolvimento.

Mas o problema não está apenas na quantidade de poupança, e sim na forma como a renda é capturada ao longo do caminho.

A baixa produtividade comprime salários, o alto custo do emprego formal limita a expansão da renda, e o crédito caro, frequentemente acima de 40% ao ano, transforma a intermediação financeira em um verdadeiro imposto implícito sobre o trabalho, corroendo a renda antes que ela possa se transformar em acumulação.

Esse mecanismo, que se aproxima do que a literatura econômica denomina financial repression, contribui para um sistema que não forma capital, mas o dissipa, convertendo renda em endividamento e naturalizando a inadimplência como parte do funcionamento da economia.

Mesmo quando a poupança existe, o país encontra dificuldades para transformá-la em investimento, em razão de um ambiente de negócios complexo, inseguro e lento, que se traduz na posição 124 entre 190 economias no ranking Doing Business, refletindo um país onde projetos enfrentam anos de tramitação, incerteza regulatória e elevado risco jurídico.

Diante da insuficiência da poupança interna, seria natural complementar esse déficit com poupança externa, proveniente de fundos de pensão e investidores institucionais em um mundo que hoje dispõe de excesso de liquidez, mas o Brasil não consegue capturar esses recursos em escala relevante porque não oferece previsibilidade, segurança nem capacidade de execução.

O resultado é um impasse conhecido, mas pouco enfrentado: o país não acumula poupança suficiente e não consegue atrair capital externo na medida necessária, operando permanentemente abaixo do seu potencial.

Há, contudo, um aspecto ainda mais grave.

Tratar como rotina um endividamento que cresceu cerca de 40% em dez anos não é apenas um erro de leitura, é uma forma de acomodação diante de um problema estrutural, e, ao naturalizar esse quadro, o país abdica de enfrentá-lo e prolonga um modelo que corrói sua própria capacidade de gerar riqueza.

Esse tema deveria estar no centro do debate eleitoral.

Porque não se trata apenas de juros altos ou crédito caro, mas de um modelo econômico que impede a formação de uma classe média capaz de poupar, limita o investimento e compromete o crescimento de longo prazo.

Discutir crescimento sem discutir poupança é discutir aparência sem enfrentar fundamentos.

O Brasil precisa decidir, no voto, se continuará operando um modelo que consome renda antes de acumulá-la ou se enfrentará as reformas necessárias para reconstruir o vínculo entre trabalho, poupança e investimento.

Enquanto essa escolha não for feita de forma explícita, o país seguirá encenando crescimento, ao custo de manter sua população endividada e seu futuro comprometido. Enganar a população pode ser uma saída eleitoral, mas não será o futuro da democracia brasileira.

***Vinícius Lummertz é Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo**

EDITORIAL

Uma paz no Irã que o mercado precisa

As sucessivas tentativas de acordo de paz, ou ao menos de cessar-fogo, no conflito envolvendo o Irã revelam mais do que um esforço diplomático: expõem a urgência de restaurar previsibilidade em um cenário internacional cada vez mais volátil. Em meio à escalada de tensões, mercados financeiros reagem menos ao desenrolar dos combates e mais à incerteza prolongada. É nesse ponto que a diplomacia, ainda que imperfeita, assume papel central não apenas para salvar vidas, mas para estabilizar expectativas econômicas globais.

Investidores não demandam soluções definitivas imediatas, muitas vezes irrealistas, mas sim sinais claros de contenção de riscos. Cada rodada de negociação, cada anúncio de trégua, ainda que temporária, funciona como um amortecedor psicológico nos mercados. Bolsas de valores, preços de commodities e moedas refletem essa dinâmica quase em tempo real: sobem com a perspectiva de diálogo, recuam diante de qualquer indício de ruptura.

O caso do Irã é particularmente sensível por sua posição estratégica no fornecimento de energia. Qualquer ameaça à estabilidade da região impacta diretamente o preço do petróleo e, por consequência, a inflação global. Nesse contexto, iniciativas diplomáticas têm efeito que ultrapassa fronteiras políticas, influenciando cadeias produtivas e decisões de investimento em diversas partes do mundo.

No entanto, há um risco evidente em transformar negociações frágeis em instrumentos de curto prazo para acalmar mercados. A repetição de anúncios sem resultados concretos pode produzir efeito inverso, corroendo a confiança e ampliando a percepção de instabilidade. Investidores são sensíveis não apenas à notícia, mas à sua consistência ao longo do tempo.

Por isso, mais do que gestos simbólicos, o momento exige compromissos verificáveis e mecanismos de monitoramento que sustentem qualquer cessar-fogo. A credibilidade das negociações será o fator determinante para que os mercados deixem de reagir com volatilidade extrema e passem a incorporar uma perspectiva mais estável.

Em última instância, a busca por paz e estabilidade econômica não são agendas concorrentes, mas complementares. A redução das tensões no conflito com o Irã não apenas preserva vidas, como também oferece ao sistema financeiro global aquilo que ele mais valoriza: previsibilidade. Sem ela, qualquer recuperação será sempre parcial e vulnerável.

Opinião do leitor

Semana Santa

A Semana Santa terá início no dia 29 de março, com a celebração de Domingo de Ramos, um dos períodos mais importantes do calendário cristão, a Semana Santa 2026, que se estenderá até o dia 05 de abril, com a Páscoa, quando se comemorará a Ressurreição do nosso Senhor, Jesus Cristo.

José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA

Correio da Manhã
O "Conde Zeppelin" atingirá hoje o Brasil

HÁ 95 ANOS: FAMÍLIA REAL BRITÂNICA CHEGA AO RIO DE JANEIRO

As principais notícias do Correio da Manhã em 26 de março de 1931 foram: Família Real Britânica desembarca no Rio de Janeiro, com honras militares e parada de 10 mil homens. Classes trabalhistas apresentam ao ministro do Trabalho suas considerações sobre a sindicalização no país. Falha mais um nova tentativa de golpe militar no Peru. Família Real Canadense prepara visita ao Brasil.

HÁ 75 ANOS: GOVERNO PREPARA UM ANTIPREJO À REFORMA DO IMPOSTO DE RENDA

As principais notícias do Correio da Manhã em 26 de março de 1951 foram: Tropas Aliadas conseguem dominar toda a parte sul da península coreana novamente. Governo de Perón restringe programas estrangeiros na Argentina. Ministério da Fazenda prepara um antiprojeto à reforma do imposto de renda da Câmara. Senado rejeita o abono de Natal ao funcionalismo público

Correio da Manhã
Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sá e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452
Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520 Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057
Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes Brasília - DF CEP 71736-20
São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132
www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.